

**HABEAS CORPUS Nº 493.671 - RS (2019/0044235-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : MONIA PERIPOLLI DIAS  
**ADVOGADO** : MONIA PERIPOLLI DIAS - RS056957  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : FABIO JARDEL CORREA BRESOLIN (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em benefício de FABIO JARDEL CORREA BRESOLIN contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul que denegou a ordem no julgamento do HC n. 0383677-15.2018.8.21.7000 (e-STJ fls. 28/33), assim ementado:

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA TAL FIM. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. O presente writ é conexo ao habeas corpus n. 70080001191@. Segundo consta nos autos, foi expedido mandado de busca e apreensão contra o paciente, apontado como o responsável pela prática do tráfico de drogas na região. Na oportunidade, foram apreendidos “11,9 gramas de cocaína; 1,4 grama de maconha; um revólver calibre .38; cinco estojos deflagrados calibre .38; nove munições intactas de calibre .38; uma munição calibre .36; R\$ 1.981,00 em espécie, entre células variadas; um cheque no valor de R\$ 1.800,00; diversas anotações de tráfico de drogas”, além de outros objetos. Consta na representação firmada pelo delegado de polícia que as diligências foram resultado de ordem dirigida contra o paciente que, a princípio, “utiliza-se de sua residência” para o “tráfico de drogas”. Tem-se, ainda, que o paciente possui envolvimento em diversos fatos delituosos, sendo alvo de “várias denúncias anônimas” e inclusive “continuava com a traficância de drogas após entrar em liberdade da última prisão”. Os fatos narrados são graves e a periculosidade do agente, em tese, é acentuada. A lesividade das drogas e a quantidade, além dos demais objetos apreendidos, apontam, a princípio, para a comercialização das substâncias entorpecentes, ainda mais se considerarmos que armas e dinheiro em grande monta, mas em cédulas de pequeno valor, foram apreendidos. Demonstrada a materialidade e os indícios suficientes de autoria. Presentes os requisitos do art. 312 do CPP. Inviável a concessão da liberdade provisória, ou a aplicação das cautelares diversas à prisão (art. 319 do CPP),*

*pois insuficientes e inadequadas ao caso. Os demais argumentos apresentados pela defesa deverão ser analisados no momento processual oportuno, já que não é possível o exame de provas, de forma pormenorizada, em sede de habeas corpus, de cognição sumária. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada de pena. A Constituição Federal prevê, no seu art. 5º, LXI, a possibilidade de prisão, desde que decorrente de ordem escrita e fundamentada. ORDEM DENEGADA.*

*UNÂNIME.*

O paciente foi preso em flagrante em 23/11/2018, e convertida a custódia em preventiva (e-STJ fls. 45/47), pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e de porte ilegal de arma de fogo.

Irresignada com a prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem. A ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão e-STJ fls. 28/33. Esta é a decisão impetrada.

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/17), a defesa suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente por fundamentação inidônea (gravidade abstrata do delito), sem apontar dados concretos que justificassem a necessidade da medida extrema, tampouco levar em conta a pequena quantidade de drogas apreendida (*11,9 gramas de uma substância semelhante a cocaína e 1,4 gramas de uma substância semelhante maconha, além de um revólver calibre 38 e munições* - e-STJ fls. 3/4). Afirma que a droga se destinava a consumo próprio.

Sustenta haver constrangimento ilegal na manutenção da custódia cautelar, tendo em vista a ausência dos pressupostos legais autorizadores previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, bem como diante da possibilidade de imposição de medidas cautelares alternativas.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura.

Processo distribuído a esta relatoria por prevenção do HC n.

487.119/RS, vinculado ao mesmo paciente e que impugna a decisão liminar do *writ* originário.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Isso porque, no decreto prisional, o Magistrado de primeiro grau informou que o paciente foi preso em abril/2018 e mesmo após a concessão de liberdade provisória, havia denúncias da prática de tráfico em sua residência, as quais deflagram o mandado de busca e apreensão. Relata que o paciente foi flagrado se desfazendo de cocaína, no vaso sanitário, e que foram apreendidos *estojos de calibre .38 e a munição calibre .16 [...] 11,9 gramas de cocaína, 1,4g de maconha, além de revólver caliber.36, munições, folha de anotações da venda de drogas, câmeras de videomonitoramento fixadas na parte externa da residência, R\$ 1.981,00 em dinheiro e um cheque de R\$ 1.800,00, além de aparelhos celulares e um veículo placa IGG4806* (e-STJ fl. 45).

Assim, em princípio, mas sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, parece que a decisão impugnada encontra suporte na *necessidade da segregação cautelar para a garantia da ordem pública, a fim de evitar a reiteração delitiva* (HC n. 313.227/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER,

Quinta Turma, julgado em 12/5/2015, DJe 18/5/2015).

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Dispensar informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator